

26 TENSÕES SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE CONTROLE: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA LEI DO PLANEJAMENTO FAMILIAR DURANTE O GOVERNO BOLSONARO A PARTIR DA JUSTIÇA REPRODUTIVA

Iris Campos Nogueira,
Lúvia Salim Fuina Dutra de Oliveira e
Amanda Muniz Oliveira

Palavras-chave: justiça reprodutiva; planejamento familiar; controle populacional.

RESUMO

A proposta em questão visa analisar duas mudanças introduzidas na Lei do Planejamento Familiar em 2022, durante o governo Bolsonaro: a redução da idade mínima para esterilização voluntária (de 25 para 21 anos) e a permissão de realizar a laqueadura logo após uma cesárea. O objetivo deste estudo é responder à pergunta "Quais são as justificativas por trás das alterações na Lei 9.263/1996?". Para isso, utiliza-se o livro "Reproductive Justice: An Introduction" (Loretta J. Ross e Rickie Solinger, 2017) como base bibliográfica, propondo uma análise empírica documental da legislação mencionada. Em 1993, Jair Bolsonaro afirmou ser favorável ao controle de natalidade, argumentando que "quem não tem condições de ter filhos não deve tê-los". Durante sua campanha eleitoral de 2018, ele defendeu a esterilização em massa de pessoas pobres como forma de combater a pobreza e a criminalidade. Portanto, é relevante examinar atentamente as alterações em uma lei que trata dos direitos reprodutivos durante o seu mandato, uma vez que tais posicionamentos estão claramente embasados em concepções racistas, eugenistas e impregnados de preconceitos de classe, ao pressupor que mulheres pobres geram indivíduos indesejados, vistos como uma ameaça ao corpo político, uma fonte de caos econômico, degradação ambiental e uma subclasse criminosa. Além disso, é evidente o caráter neoliberal desse discurso, uma vez que a esterilização resultaria em menos gastos do Estado com políticas públicas de saúde reprodutiva para essas mulheres, e não seria necessário investimento estatal em programas sociais como o Bolsa Família e o Bolsa Escola. Nessa hipótese é que as duas alterações mencionadas para análise revelam uma estratégia de desconsiderar a situação socioeconômica do Brasil: a redução da idade mínima pode contribuir para o controle de natalidade por meio da esterilização em massa de mulheres marginalizadas, enquanto a realização da laqueadura após cesárea pode permitir que a esterilização seja

realizada sem o consentimento das pessoas gestantes.